

27 ANOS DO MASSACRE DE CORUMBIARA: RONDÔNIA E A CONSTRUÇÃO DE LATIFÚNDIOS AGRÍCOLAS

Diana da Silva Ribeiro¹
Aline Lucas de Souza Gomes²
Bruna dos Santos Prata³
Eulina Maria Leite Nogueira⁴

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar os 27 anos do massacre de Corumbiara em Rondônia. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, cuja abordagem metodológica é qualitativa. Nas discussões, fizemos o movimento dialético do pensamento, até alcançar o objeto de estudo, situando-o em um contexto permeado de conflitos, exploração e ciclos econômicos na qual se constituiu o estado de Rondônia, ocasionando em estruturas agrárias baseadas no modelo do capital e intensos conflitos no campo. A discussão proposta é relevante para a ciência, e tem o teor de denúncia ao massacre ocorrido. Além disso, a pesquisa traz conexões fortes com a atualidade, ao demonstrar como o passado se faz presente, pois o Brasil tem vivenciado um período de retrocesso na conquista de direitos para as populações do campo. Nos resultados, verifica-se que até os dias atuais não houve reparação histórica de um dos piores massacres ocorridos no campo brasileiro e que no julgamento os acusados ficaram impunes.

Palavras-chave: Massacre de Corumbiara, Populações do Campo, Rondônia, conflitos no campo.

INTRODUÇÃO

O estudo apresentado é resultado de pesquisas desenvolvidas durante o curso de Mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades, na Universidade Federal do Amazonas, aborda sobre os conflitos do campo no Estado de Rondônia e as raízes coloniais do estado brasileiro, com a construção de latifúndios agrícolas, grande concentração de terras para uma minoria, ocasionando em confrontos que ainda hoje afetam a vida das populações camponesas.

Ao analisar a história do campo brasileiro, percebe-se a introdução de práticas colonialistas, que perduraram durante muito tempo. Essas práticas denotam a exploração agrária, da grande propriedade e atividades de monocultura, projetos de lucro com a exportação

¹ Mestre em Ensino de Ciências e Humanidades pela Universidade Federal do Amazonas- UFAM, dianadasr@hotmail.com;

² Mestranda do Curso de Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas- UFAM, alinenila76@gmail.com;

³ Mestranda do Curso de Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas- UFAM, brunaprata05@gmail.com;

⁴ Professora Orientadora: Doutora em Educação, Faculdade de Educação- Universidade Federal do Amazonas- UFAM eulinanog@hotmail.com;



de matérias primas, ocasionando em profundas injustiças, que ainda hoje permeiam o campo.

Na história do Brasil a terra foi sendo transformada em grande mercadoria e fator de exclusão social dos pobres.

Uma vez mercadoria, a terra entra no processo de controle mediado pelo mercado. Pelo poder de compra, expresso no preço, torna-se inacessível para os que não o podem pagar. Abre-se assim o caminho para a expulsão e exclusão dos que trabalham na terra e sua reinserção no processo produtivo para ser agora dependente de novas relações sociais (o assalariamento) ou de novas territorialidades (como as criadas pela colonização das Américas). (MOSER, 2006, p.37).

Essa estrutura, culmina em um cenário de pobreza que se perpetua, em que a propriedade é concentrada nas mãos de poucos, enquanto que os povos indígenas, negros, camponeses, desde o início da formação da sociedade, são os escravizados e explorados pelos proprietários dos grandes latifúndios.

Tais raízes históricas se fazem presente na atualidade, e afetaram, de modo peculiar, o estado de Rondônia, palco de intensos conflitos envolvendo populações do campo, com a repressão, uso de forças policiais e criminalização dos camponeses pela operante burguesia agrária. Essa estrutura agrária, baseada na exploração do capital, resultou no massacre de camponeses ocorrido na cidade de Corumbiara, no ano de 1995, fato este que em 2022 completa seus 27 anos de memória, sem nenhuma reparação histórica.

Nesse cenário que elaboramos o artigo, uma vez que por meio da ciência, é possível lembrar a sociedade do seu passado, construir uma sociedade mais justa e fraterna, difundindo o pensamento crítico, reflexivo, no combate a toda forma de opressão, desumanização da vida, e a todas práticas contrárias a dignidade humana.

METODOLOGIA

O trabalho se constituiu a partir de uma abordagem qualitativa, em que foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a fim de analisar por meio de estudos científicos a proposta de pesquisa elencada.

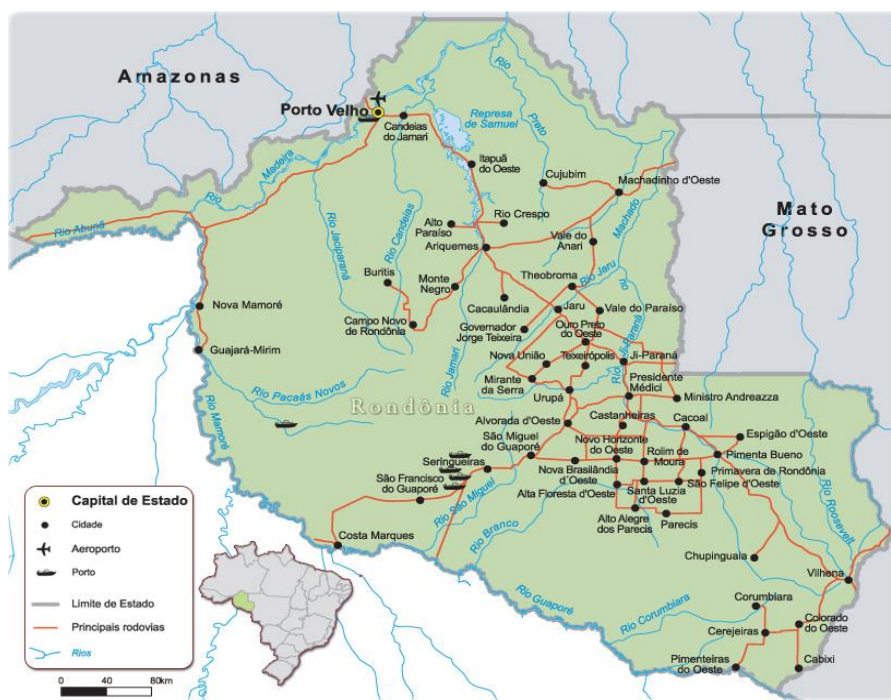
“A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.” (BOGDAN e BIKLEN 1982, apud LÜDKE e ANDRÉ, 2013 p.12). Assim, na pesquisa qualitativa os aspectos subjetivos do objeto de estudo são importantes para a construção dos dados, bem como a análise crítica feita pelo pesquisador (a) a partir dos dados pesquisados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Rondônia é um estado brasileiro situado na região Norte do Brasil e que tem na sua composição populacional uma diversidade de povos tradicionais e migrantes oriundos de várias regiões do país que constituíram ao longo de sua história a formação social, econômica e cultural. Em sua localização geográfica, Rondônia está na parte da Amazônia Ocidental.

De acordo com dados do IBGE, a população estimada para o estado de Rondônia no ano de 2021 é de 1.815.278 (um milhão, oitocentos e quinze mil, duzentos e setenta e oito pessoas). Tendo como capital a cidade de Porto Velho, atualmente o estado conta com 52 (cinquenta e dois) municípios.

Figura 1- Mapa do Estado de Rondônia



Fonte: Governo do Estado de Rondônia (2018)

Conforme consta na mapa, o estado faz fronteira com a Bolívia e divisa com os estados do Amazonas, Acre e Mato Grosso. A floresta amazônica foi durante o processo de colonização, alvo de intensas disputas e exploração.

Os ciclos econômicos que perpassam a história de Rondônia são conhecidos regionalmente, estão relacionados com a lógica do capital. Com a descoberta do látex e sua utilização econômica, inicia-se o 1º período da borracha, avançando o processo de colonização no território de fronteira com a Bolívia. Devido a intensos conflitos entre Brasil e Bolívia, é preciso criar-se tratados, dentre eles destaca-se o Tratado de Petrópolis, em que o Brasil se



comprometeu a pagar indenizações para a Bolívia e construir a Estrada de Ferro Madeira Mamoré- E.F.M.M, que serviria para escoação da borracha, na divisa entre os dois países. No período das obras ocorre um intenso fluxo migratório de trabalhadores de diversos locais, povoando o que viria a se constituir depois como um estado.

A Marcha para o Oeste foi o primeiro programa de colonização dirigida, cujo slogan da campanha do governo era ‘levar homens sem terra, a terra sem homens’, desconsiderando a presença dos povos indígenas que já ocupavam a região amazônica. A intervenção estatal visava resolver o problema da mão de obra, estimulando a migração para a Amazônia. Os que foram convocados para o trabalho nos seringais foram chamados de soldados da borracha. Ressalta-se o descaso com os soldados da borracha que vieram para ‘batalha da borracha’. Com o fim do segundo ciclo da borracha eles foram abandonados e não retornaram para seus estados. (TEIXEIRA, 2015, p.24)

Após a crise do Primeiro Ciclo da Borracha (1870-1913), em decorrência da produção gomífera no Oriente, sobretudo na Malásia, os seringalistas amazônicos, bem como a população brasileira, não acreditavam em uma nova procura de borracha nacional em larga escala. Contudo, a borracha brasileira/amazônica voltou a ser requisitada em grande escala para atender os Aliados durante a Segunda Guerra Mundial, entre 1939-1945 (PONTES, 2015, p.2).

Entre as décadas de 1960 a 1970 a região vivencia um novo período, de extração de minérios (cassiterita e ouro) que perdurou até os anos 1990. As atividades econômicas, como: extração e venda de madeiras proibidas por lei iniciam no final da década de 1980 e chegam até a atualidade, com as atividades econômicas do cacau e café, criação de gado, exportação de carne e avanço do agronegócio, em que se configura um processo de produção hegemônico, imposto pelo capital que controla a sua produção. Esse avanço resulta da ação do capital nos territórios agrícolas, quando “o comando produtivo dos espaços rurais modernizados assume relevância na dinâmica territorial urbana”. (SILVA, 2012 p.3)

O Estado é consequência de um longo processo que se confunde, com a própria história brasileira desde o período colonial. A conquista pelo território ainda se encontra em curso no início da segunda década do século XXI e conserva em seu interior a marca do conflito, principalmente entre os latifundiários, madeireiros, mineradores e garimpeiros contra os agricultores sem-terra e os povos indígenas. (CONTINGUIBA e CONTINGUIBA, 2015, p.49)

Em sua tese de Doutorado Moser (2006, p.65) aponta que a ocupação das terras de Rondônia se concretizou de várias formas: por colonização oficial, por ocupação, conduzida pelo órgão competente do Estado ou ainda por empresas privadas, por meio de Projetos Integrados de Colonização e outros, fundamentados na formação de pequenos lotes de terra (estabelecimentos) na agricultura familiar e na pecuária reproduzindo uma economia integrada

ao restante do país. Nesse sentido, mostra em seus estudos e pesquisas como se deu a ocupação humana nesse espaço, que tem na sua história as marcas da colonização, extração de matéria prima e ciclos econômicos ligados ao capitalismo.

O estado foi se constituindo com estruturas agrárias e distribuição desigual das terras, bem como as propagandas por parte do governo brasileiro que demandavam a ocupação territorial, em diversos momentos históricos, dada a sua biodiversidade, potencial para a agricultura, riqueza de matérias primas.

Politicamente, o estado de Rondônia é fruto do Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, assinado pelo então presidente da República, Getúlio Vargas, que criou o Território do Guaporé. Em 17 de fevereiro de 1956 passou a se chamar Território Federal de Rondônia, em homenagem ao sertanista e positivista Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958). Em dezembro de 1981 foi aprovado o projeto de transformação do Território em estado e em 04 de janeiro de 1982, o Coronel do Exército, Jorge Teixeira de Oliveira, que governava a região desde 1979, assumiu como o primeiro governador do estado que, naquela época, era a vigésima segunda unidade da Federação da República brasileira. (CONTINGUIBA e CONTINGUIBA, 2015, p. 49)

Esse estado brasileiro é marcado por intensos conflitos no campo. Tais conflitos persistem nos dias atuais e tem relação com o passado. A situação dos pequenos camponeses em Rondônia demonstra práticas de dominação, violação de direitos humanos, violência e perseguição, que ocorrem por parte do estado brasileiro, por forças policiais. Isso mostra como no presente, as práticas do passado ainda predominam em Rondônia, e que não houve reparação histórica para danos causados contra esses povos, ou seja, as injustiças cometidas no passado, persistem no presente com o atual governo, se agravam ainda mais com representantes da extrema direita no poder, momento de fragilização da democracia brasileira, em que há abertura para a violência, discriminação contra esses sujeitos sociais.

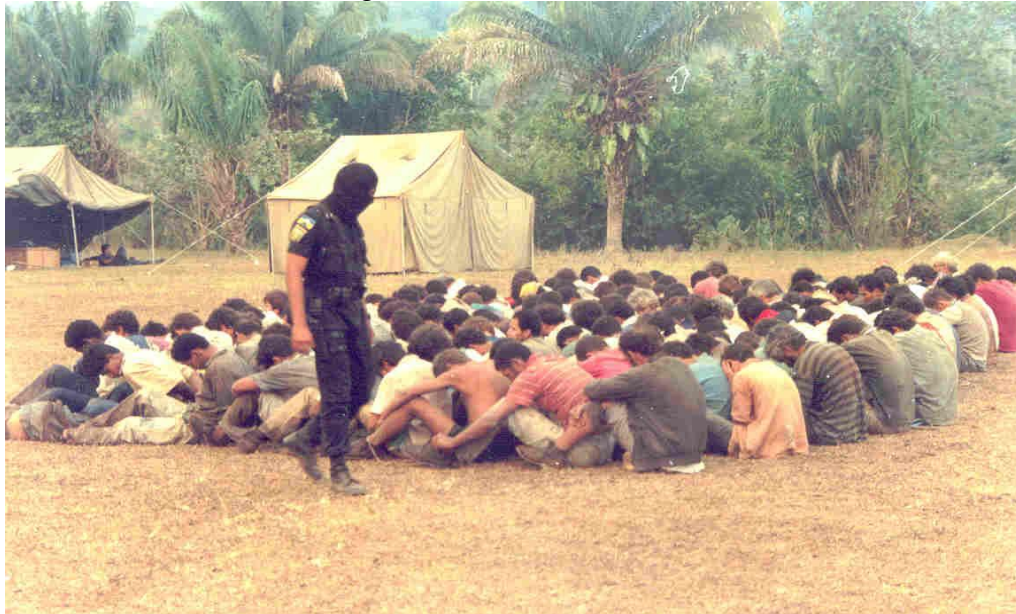
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2022 completa-se 27 anos do Massacre de Corumbiara, município situado no sul do estado de Rondônia. Até o momento, não houve reparação histórica contra um dos maiores conflitos do campo no Brasil.

O dia 9 de agosto de 1995 é uma data manchada de sangue na história de Rondônia, que nunca será esquecida e será sempre denunciada por aqueles que buscam por uma humanidade melhor. Nesse dia, mais de 200 policiais e pistoleiros cercaram um acampamento de 600 camponeses sem terra na Fazenda Santa Elina em Corumbiara, fuzilando dezenas de pessoas, entre eles haviam crianças.

A região Cone Sul do Estado de Rondônia foi palco de inúmeros conflitos pela posse da terra envolvendo fazendeiros e camponeses pobres sem-terra. A região de Corumbiara não difere das demais regiões de Rondônia que no mesmo período enfrentavam conflitos de toda a ordem. Em muitos casos, além da ação de pistoleiros a mando dos fazendeiros, se tinha a conivência e a participação estatal, sobretudo do judiciário e do INCRA (MARTINS, 2012, p. 156).

Figura 2- Corumbiara, 1995



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2017)

A figura retrata um policial militar rendendo os sem-terra na fazenda Santa Elina. Nessa data foi feita uma operação a mando do estado brasileiro, de reintegração de posse no acampamento, ou seja, foi uma ordem do então governador do momento e sua equipe de segurança, para realizar a operação, ação que resultou na chacina dos camponeses sem-terra e se concretizou, se tornando uma das maiores atrocidades ocorridas a nível brasileiro, sendo que até os dias atuais não se sabe exatamente quantos camponeses foram assassinados por buscarem o direito à terra. Isso evidencia que a concentração fundiária para uma elite em Rondônia é apoiada pelo governo, que criminaliza quem a ocupa para torná-la produtiva.

A corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o estado brasileiro, pois o fato foi uma barbaridade, violação da dignidade humana. Estudos e pesquisas que falam do caso de Corumbiara apontam que,

É um caso bem típico porque põe o conjunto da sociedade organizada, juízes, políticos, poder executivo, poder legislativo, tudo de um lado só, do lado do latifúndio, contra a organização dos camponeses. Dom Tomás Balduino, profundo conhecedor da realidade brasileira, no que diz respeito à violência no campo, antecipou, com esta declaração o que seria o júri popular, no qual foram julgados os envolvidos no Massacre de Corumbiara. No julgamento, ocorrido em Porto Velho de 14 de agosto a 6 de setembro de 2000, foi possível comprovar a veracidade de cada palavra proferida pelo então presidente da CPT. Foram condenados os sem-terra Cícero Pereira Leite e



Claudemir Gilberto Ramos, mesmo sem provas nos autos, e absolvidos os oficiais que comandaram aquela ação repressiva, na qual homens foram executados sumariamente, crianças, mulheres e velhos foram torturados. Os não oficiais não só saíram livres como foram festejados como heróis, o que torna possível compreender o poder que o latifúndio ainda tem neste país e, particularmente, em Rondônia. O julgamento em Porto Velho foi a continuação do massacre dos camponeses e, desta vez, sob os olhares de toda a sociedade, inclusive via internet. (MESQUITA, 2011, p.188)

Conforme citado acima, no Julgamento os culpados saíram impunes e vistos como “heróis”, enquanto que do lado dos sem-terra houve condenados. Essa questão judicial sobre o massacre de Corumbiara reflete em outras realidades sociais, de um país em que o latifúndio e escravidão caminharam juntos, aquilo que o Bispo Dom Tomás Balduino já previa em sua fala.

O conflito da fazenda Santa Elina, em Corumbiara, de fato carece de um estudo mais aprofundado e ainda pairam dúvidas sobre como se estruturou o acampamento, o referencial político ideológico de suas lideranças e como se deu a resistência dos camponeses contra a violência dos pistoleiros e da polícia militar em diversos confrontos armados que hoje já são relatados pelos camponeses que não mais temem a repressão do Estado. (MARTINS, 2009, p.55)

Uma voz de denúncia dos conflitos no campo em Rondônia é a Comissão Pastoral da Terra, tendo sido fundada no ano de 1975, momento de ditadura militar no Brasil. A Pastoral da Terra tem seu marco a partir do encontro dos Bispos da Amazônia, que ocorreu em Goiânia (GO) sendo que a sua proposta, ligada à Igreja Católica por meio da CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil é a defesa dos povos do campo, dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e daqueles que lutam pelo direito à terra, ou seja, a CPT nasce para atuar nas questões agrárias em uma época em que estavam ocorrendo intensos conflitos, principalmente na região da Amazônia.

Conforme dados do Caderno de Conflitos no campo Brasil 2020, elaborado pela Comissão Pastoral da Terra, Rondônia registrou em 2020 um total de: 143 conflitos no campo, envolvendo 55.333 pessoas. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2021, p.94).

Esses dados evidenciam os constantes embates enfrentados pelos camponeses, e denunciam o atual momento histórico, marcado pelo retrocesso na conquista de direitos para os povos do campo, em que novamente o passado se faz presente, as populações do campo sofrem pressão de um governo autoritário, que abre caminhos para a exploração, expulsão de suas terras e perseguição policial. Isso mostra como o atual momento histórico condiciona para o desmonte das políticas públicas e sociais, remete ao passado histórico de injustiças, assassinatos e violência no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada tem teor crítico de denúncia a um dos piores conflitos do campo brasileiro. O estudo bibliográfico possibilitou situar esse fato em um projeto de sociedade, de país, que remonta as raízes coloniais na qual se constituiu o Brasil.

O estado de Rondônia, situado na região norte do país, na região da Amazônia ocidental abriga uma diversidade de populações camponesas. Na atualidade em que se vivencia um período de retrocesso na conquista de direitos, as populações do campo em Rondônia continuam sofrendo pressão de um governo autoritário.

Não obstante, a pesquisa científica visa apontar caminhos para uma humanidade melhor. Assim, propomos por meio do conhecimento científico que novos pesquisadores possam pesquisar sobre o massacre de Corumbiara, para que mais estudos e pesquisas analisem um dos fatos mais cruéis do século XX, que ocorreu em plena democracia brasileira, cujo julgamento evidencia profundas injustiças perpetradas contra as populações do campo. Essas injustiças foram sentenciadas no julgamento, quando os julgados ficaram absolvidos como “heróis”.

REFERÊNCIAS

Conflitos no campo Brasil 2020. Centro de documentação Dom Tomás Balduino- Goiânia: CPT Nacional, 2021. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>> Acesso em 01 de nov. de 2021.

CONTINGUIBA, M. L. P., & CONTINGUBA, G. C. **Rondônia, um estado de fronteira na Amazônia ocidental brasileira: fluxos migratórios do passado e a imigração haitiana no início do século XXI.** Revista Territórios E Fronteiras, 8(2), 45–65. 2015. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/459>> Acesso em 12 de abr. de 2022.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli EDA. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.**– [2 ed]. - Rio de Janeiro: E.P.U.,2013.

MARTINS, Márcio Marinho. Colonização recente e a luta pela terra em Rondônia. Revista labirinto. Ano XII, nº 18. – Junho de 2012.

MARTINS, Márcio Marinho. **Corumbiara: massacre ou combate?A luta pela terra na fazenda Santa Elina e seus desdobramentos.** 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Porto



Velho, 2009. Disponível em: < <https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1103>> Acesso em 12 de jun. de 2022.

Mapa do Estado de Rondônia. Portal do governo de Rondônia, 2018. Disponível em: < <https://rondonia.ro.gov.br/ciclo-de-reunioes-vai-consolidar-divisao-politico-administrativa-dos-municipios-de-rondonia/>> Acesso em 8 de jan. de 2021.

MESQUITA, Helena Angélica de. **Os cercamentos mortais em Rondônia.** Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 179-191, out. 2011. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6562>> Acesso em 12 de abr. de 2022.

MOSER, Lilian Maria. **Formação de capital social e o ideário do desenvolvimento sustentável no mundo rural rondoniense: a organização dos sistemas alternativos dos produtores de Ouro Preto D'Oeste - RO.** 2006. 162 f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11358>> Acesso em 12 de abr. de 2022.

População estimada em Rondônia no ano 2021. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/panorama>> Acesso em 14 de abr. de 2022.

PONTES, Carlos José de Farias. **A guerra no inferno verde: segundo ciclo da borracha, o front da Amazônia e os soldados da borracha.** South American Journal of Basic Education, Technical and Technological. Vol. 2, n.1, 2015. Disponível em: < <https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/view/218>> Acesso em 12 de abr. de 2022.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia.** Uberlândia- MG, 2012. Disponível em:

<http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1322_1.pdf> Acesso em 16 de out. de 2021.

TEIXEIRA, Lucineide da Silva. **Dinâmicas Territoriais em Rondônia: Conflitos fundiários entorno do Projeto Integrado de Colonização Sidney Girão (1970 - 2004).**

Porto Alegre, 2015. Disponível em: < <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6264/2/473841%20-%20Texto%20Completo.pdf>> Acesso em 16 de out. de 2021.